

O CAPITAL EXTERNO E TRANSIÇÃO ECONÔMICA NA CHINA: UMA ANÁLISE DO INVESTIMENTO EXTERNO NA CHINA CONTINENTAL

Andréia Virmond¹
Jaime César Coelho²

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar como se deu o processo de adesão da China à economia global e quais seus impactos na trajetória de desenvolvimento do país. A análise tem como foco o papel do investimento externo direto na China e sua correlação com o grau e a aceleração do processo de industrialização, bem como seus impactos sobre o desempenho do PIB. Verifica-se também em que medida o processo de internacionalização produtiva e comercial tem características peculiares, no caso em questão, relativamente a outras experiências de internacionalização com endividamento externo verificadas em outras economias em desenvolvimento.

Palavras-chave: China, Investimento Externo Direto, Desenvolvimento.

Classificação JEL: F15, G11

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No final da década de 1970 a China deu início a um processo que a tornaria, aproximadamente 29 anos mais tarde, a maior economia em crescimento no mundo. Esta trajetória foi marcada por intenso processo de abertura econômica e transformações das relações de propriedade.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas.

² Coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

A reestruturação econômica constitui-se num dos elementos cruciais da reforma e da política de abertura da China. Nos primeiros 30 anos da República Popular da China (RPC), o Governo praticou o sistema de economia planificada, por meio do qual a produção agrícola e industrial, o estoque e a venda de produtos nos setores comerciais eram todos controlados pelo plano estatal. As reformas econômicas foram iniciadas nas áreas rurais em 1978 e estendidas às cidades em 1984. Em 1992, após 10 anos de reforma em direção ao estabelecimento de uma “economia socialista de mercado”³, o Governo definiu os principais pontos da reestruturação econômica: encorajar o desenvolvimento e a diversificação econômica; criar um grupo moderno de empresas para atender as demandas da economia de mercado; unificar e abrir o sistema de mercado na China; transformar a administração econômica do governo a fim de estabelecer um sistema de controle macroeconômico; encorajar a formação de empreendedores privados; formular um sistema de seguridade social para o campo e para a cidade, assim como promover um generalizado crescimento econômico compatibilizando-o com o controle político centralizado e a estabilidade social. Isto tudo exigiu a internalização de práticas e costumes próprios do regime de regulação capitalista, portanto, mudança significativa no *ethos* que caracterizara a sociabilidade chinesa depois da revolução de 1949.

As transformações na China visaram alterar profundamente o regime de propriedade. Estas mudanças começaram pela alteração do regime de propriedade no campo, com a introdução de elementos de uma economia de mercado e continuaram com a delimitação de zonas costeiras destinadas à introdução de empresas competitivas para a conquista do mercado externo. Um dos elementos centrais desta transformação é o papel atribuído ao Investimento Externo Direto na estratégia de desenvolvimento e industrialização chinesa. Este artigo visa destacar o movimento de adesão chinesa à economia global através do ingresso de empresas estrangeiras na China. Esta análise insere-se no processo de transição do país de uma economia centralizada, norteadas pela idéia da luta de classes, para uma economia de mercado (*export oriented*) como estratégia de desenvolvimento econômico com ênfase na participação nas redes globais de produção.

³ Não entraremos aqui na discussão sobre a pertinência da utilização deste termo, embora saibamos que a caracterização da economia chinesa como uma economia socialista merece sérios questionamentos.

Na análise da inserção externa chinesa tem-se como pressuposto o aumento da interdependência dos Estados Nacionais, dentro de um processo de globalização das relações econômicas e de harmonização normativa, porém, a característica específica, no caso chinês, é que o Estado não abriu mão do controle sobre os preços fundamentais da economia, que interferem diretamente no custo do capital, utilizando-se para tanto um conjunto de controles políticos, sociais e econômicos. Particularmente em relação aos mercados, buscou-se verificar a inserção na economia global através do papel desempenhado pelas TCNs⁴, principalmente no que diz respeito ao montante de IED trazido à China por estas empresas e também ao volume de comércio internacional gerado em consequência dos IEDs.

A entrada de empresas estrangeiras cria laços econômicos e políticos que alteram a inserção externa do país e sua posição dentro do sistema de estados. Estas alterações são, em última instância, o produto da tomada de decisões dentro do jogo político interno e como num movimento de retorno, acabam alterando este jogo político e as instituições que formam o meio ambiente político, social e econômico.

Este artigo objetiva verificar como se deu o processo de transição da economia chinesa de uma economia predominantemente planejada e estatal para uma economia com crescente participação da propriedade privada dos meios de produção, buscando-se identificar a participação relativa das TCNs nas importações e exportações chinesas, a localização espacial destas inversões, suas características setoriais e a evolução dos acordos internacionais (peculiaridades contratuais) que nortearam a nova inserção chinesa.

2. DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO?

Os manuais de economia costumam salientar a importância que o IED ocupa na transformação das sociedades periféricas. Em especial destacam que ele contribui para: 1) suplementar a insuficiência de poupança interna e 2) transferir tecnologia.

Do lado oposto estão os críticos que entendem que o investimento externo direto produz uma série de distorções em termos de desenvol-

⁴ TCNs: *transnational corporations*.

vimento: 1) externalização dos processos decisórios; 2) dependência tecnológica; 3) dependência financeira; 4) desproporção setorial e 5) dependência dos padrões de consumo.

Aspectos importantes deste debate podem ser encontrados nas discussões sobre o desenvolvimento depois da segunda guerra mundial. O processo de descolonização acompanhado das internacionalizações produtiva e financeira produziu um intenso debate sobre os malefícios e os benefícios do capital externo para o desenvolvimento das economias periféricas. Sob uma perspectiva retrospectiva e comparativa este debate parece produzir novos questionamentos quando se analisa o processo de transição chinês. Nele encontramos características clássicas de uma economia que se abre aos capitais externos e aspectos similares aos movimentos de industrialização do leste asiático, mas também encontramos diferenças significativas que remetem à história chinesa e seus desdobramentos na estratégia de desenvolvimento recente. Assim, levando-se em consideração suas características institucionais peculiares, a China produz um caso de industrialização associada, que aumenta significativamente a interdependência externa, mas que parece, ao que tudo indica, não levá-la de imediato a uma situação de subordinação tanto política como econômica. Neste aspecto, o arranjo institucional chinês criou mecanismos de defesa que preveniram parcialmente a vulnerabilidade externa, própria de economias que se abrem e que criam passivos seja do ponto de vista dos serviços da conta do balanço de pagamentos, como da conta de capital.

Observando os supostos aspectos positivos da abertura chinesa, podemos encontrar alguns que são comuns a outros processos de abertura. Efetivamente a suplementação de poupança é fato, posto que parte significativa da industrialização recente deu-se sob a égide do capital externo. Referimo-nos neste caso à identidade contábil entre poupança e investimento, que é uma característica do IED. A entrada dos investimentos externos, por sua vez, produziu uma intensa transferência tecnológica, mais ainda se levarmos em consideração que a China, assim como outras trajetórias de desenvolvimento no leste asiático, pouco respeitou o direito de propriedade nas primeiras duas décadas da transição. A inserção externa intensificou exponencialmente os índices de produtividade, algo que deve ser relativizado dado o baixíssimo nível de produtividade precedente. Finalmente, a modernização de processos

de produção está relacionada à internalização de processos produtivos que estão expostos à concorrência internacional.

A estratégia chinesa de desenvolvimento previu uma forte inserção externa, como será demonstrado ao longo do artigo, mas esta não implicou uma externalização pura e simples dos processos de tomada de decisão, tampouco implicou numa trajetória de desproporção setorial ou dependência financeira, ao contrário de outros processos de industrialização associada e dependente, como o latino americano, cuja pulsão externa acompanhou todos os momentos de racionamento de crédito e diminuição da oferta voluntária de capitais, seja como decorrência do ciclo, seja por questões de ordem interna da região. A internacionalização chinesa exigiu concertos contratuais que possibilitaram ao país fazer uso ao mesmo tempo do capital externo e gerar superávits crescentes em suas contas externas.

Contrariando as visões que viam o IED como portador da dependência produtiva e financeira, o exemplo chinês demonstra que sob forte comando do Estado, por meio de um planejamento de longo prazo, pode-se evitar os efeitos negativos próprios de processos de internacionalização anteriores.

Por último, mas não menos importante, cabe ressaltar que a internacionalização da economia chinesa reproduz um problema comum a todos os processos de internacionalização de países retardatários, qual seja, a mimetização de padrões de consumo. Também cabe destacar que o crescimento acelerado sob a instituição da propriedade privada dos meios de produção resulta em aumento da desigualdade, muito embora o crescimento da riqueza tenha permitido ganhos expressivos em termos de diminuição da miserabilidade.

3. POLÍTICAS DO IED NA CHINA

Desde 1970 a China vem abrindo a sua economia para empresas estrangeiras e também vem alterando suas políticas de investimento para atrair capital externo. (Fung et al, 2002)

No final dos anos 70 e início dos anos 80, as políticas governamentais incentivaram as *joint ventures* e mudaram a divisão interna do trabalho por meio da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Em 1979 foi promulgada a Lei que tornou o investimento estrangeiro legal na China.

Em 1984, o conceito de ZEEs foi estendido para mais 14 cidades costeiras e para a ilha Hainan. Doze das 14 cidades foram designadas como Zonas de Promoção Tecnológica em 1985, para expandir a transferência de tecnologia. Em 1986 regulamentações mais favoráveis foram usadas para encorajar a entrada de IEDs, especialmente para empresas voltadas a exportação e *joint ventures* que utilizassem tecnologia avançada.

As empresas de capital totalmente estrangeiro também passaram a ser permitidas. Neste período, maiores liberdades e facilidades ao capital externo foram conferidas, como tarifas especiais e liberdade para importação de insumos. Também faziam parte dos projetos de encorajamento aqueles relativos à oferta de infra-estrutura e incentivos relativos ao desenvolvimento de nova tecnologia, que poderiam aprimorar a base tecnológica. O que é importante destacar é que a China incentivava a entrada do capital externo, porém com um aspecto de destaque: as empresas, nas fases iniciais da estratégia nacional de internacionalização, deveriam destinar a produção para o exterior.

Assim, pode-se dizer que as etapas da política chinesa em direção à abertura passaram pelas seguintes fases: abertura limitada e gradual; promoção ativa, por meio de tratamento preferencial para o capital externo; promoção de IEDs em concordância com os objetivos da política industrial doméstica.

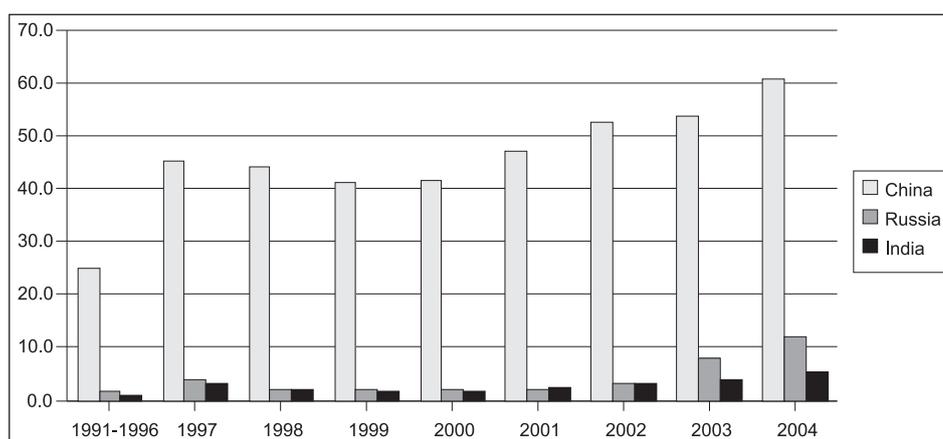
Desde a abertura, a China tem atraído um crescente montante de capital externo. Há basicamente, de acordo com Fung et al (2002), três principais formas de entrada do capital externo: empréstimos estrangeiros, investimento externo direto e outros investimentos estrangeiros⁵. Entre 1979 e 2000, o montante de utilização dos IEDs na China somou mais de US\$500 bilhões, sendo que mais de dois terços do capital externo estava na forma de investimento direto.

O crescimento dos IEDs se deu a partir dos anos 1980, quando várias medidas foram adotadas para melhorar o clima de investimento na China. Entre o início dos anos 1980 e dos 1990 os IEDs cresceram constantemente

⁵ Empréstimos estrangeiros incluem empréstimos de organizações financeiras internacionais, compradores de crédito, empréstimos comerciais de bancos estrangeiros e contratos lançados por países estrangeiros. Investimento externo direto aparece em cinco principais formas, definidas nas próximas seções: EJV, CJV, WFOs, *share-holding companies* e *joint explorations*. Outros investimentos incluem parcelas para estrangeiros, *leasing* internacional e transações de compensação.

e contabilizaram aproximadamente um terço do total de capital externo entrante. Em 1992, houve uma nova aceleração e a China tornou-se o segundo maior país receptor de IEDs no mundo e o maior receptor entre os países em desenvolvimento. No biênio 1994-1995 os IEDs atingiram seu ápice totalizando 78% do investimento externo. Em 1999 e 2000 os IEDs declinaram do seu nível mais alto, mas ainda contabilizam 68% do investimento externo.

O gráfico 1 demonstra que nos três países considerados as entradas de IED cresceram durante os anos 90, no entanto Rússia e Índia continuam muito longe dos níveis alcançados pela China. Conforme este estudo e os dados que se apresentam sobre as características dos IEDs na China, pode-se dizer que os IEDs representam mais do que transferência de capital e tecnologia; eles alteram a ecologia da economia, levando-se em conta que estamos tratando de um país que saiu da autarquia e de um regime de acumulação coletivista para uma economia aberta e mista.



Fonte: United Nations Conference in Trade and Development apud Hendrischke and Krug (2007).

Gráfico 1: IED Realizados (Bilhões de Dólares)

De acordo com a Tabela 1, no final de 2004 mais de 242.000 empresas estrangeiras estavam operando na China e deve-se notar que mais de 90% delas entraram no mercado depois de 1990. Isso contrasta com um total de sete empresas estrangeiras que operavam no país 24 anos antes.

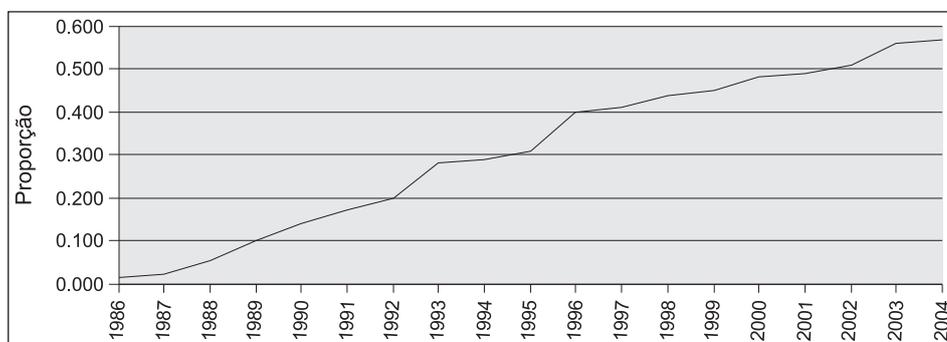
Tabela 1: Performance do IED na China (1980-2004)

Ano	Montante de IED Realizado (US\$ Bilhões)	Número de empresas estrangeiras em funcionamento	Participação na arrecadação fiscal (%) por ano
1980	-	7	-
1982	1,8	330	-
1985	2	4912	-
1990	3,5	25389	-
1991	4,4	37215	-
1992	11	84371	4,25
1993	27,5	167507	5,71
1994	33,8	206096	8,51
1995	37,5	233564	10,96
1996	41,7	240447	11,87
1997	45,0	235681	13,16
1998	44,0	227807	14,38
1999	41,0	212436	15,99
2000	41,5	203208	17,5

Fonte: China Ministry of Commerce 2004,2005, China National Bureau of Statistics 2004,2005, United Nations Conference on Trade and Development 2005 apud Hendrichske and Krug (2007).

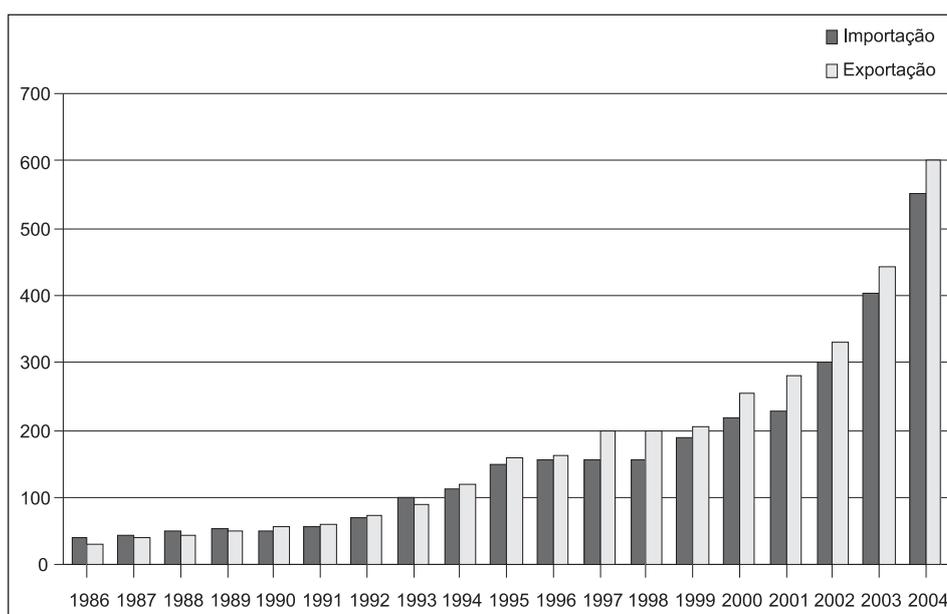
A participação das empresas estrangeiras no total da arrecadação fiscal já totalizava 17,5% em 2000. Isto introduz um elemento político adicional nas relações entre a sociedade e Estado na China.

Os gráficos 2 e 3 demonstram o incremento das exportações chinesas que tiveram, em grande medida, a ajuda das empresas estrangeiras que atuam no país. Enquanto que em 1986 estas empresas participavam com 1,9% do total exportado, em 2004 elas já representavam 57,1% deste mesmo total, o que ajudou a China a alcançar o montante de US\$600 bilhões em exportações no ano de 2004.



Fonte: China Ministry of Commerce 2004,2005 apud Hendrichske and Krug (2007).

Gráfico 2: Parcela de Participação das Firms Estrangeiras nas Exportações da China 1986-2004.



Fonte: China Ministry of Commerce 2004, 2005 apud Hendrichske and Krug (2007).

Gráfico 3: Importação e Exportação China 1986-2004 (US\$ Bilhões).

Com o tempo, a pauta das exportações chinesas tem mudado da exportação de produtos com base em recursos naturais e de uso intensivo de

mão-de-obra para produtos relacionados à incorporação tecnológica⁶. Uma prova disso foi a emergência do setor de Tecnologia da Informação (TI) no início dos anos 90, que se tornou internacionalmente competitivo e que coloca a China entre as três maiores exportadoras de TI no mundo hoje.

De acordo com Fung et al (2002), como resultado de uma política deliberada do governo, os investimentos da região *overseas* da China são a principal fonte de influxos de IED no país desde o final dos anos 80 e início dos anos 90. Hong Kong⁷, em particular, tem sido de longe a fonte mais importante de IED, como pode ser visto nos dados do Quadro 1 a seguir:

País	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	%
Hong Kong	750.707	1.727.475	1.966.544	2.006.037	2.067.732	2.063.200	1.850.836	1.636.305	1.549.998	48,3
US	51.105	206.312	249.080	308.301	344.333	323.915	389.844	421.586	438.389	8,5
Taiwan	105.050	313.859	339.104	316.155	347.484	328.939	291.521	259.870	229.658	7,8
Japão	70.983	132.410	207.529	310.846	367.935	432.647	340.036	297.308	291.585	7,6
Singapura	12.231	49.004	117.961	185.122	224.356	260.641	340.397	264.249	217.220	5,2
Coréia	11.948	37.381	72.283	104.289	135.752	214.238	180.320	127.473	148.961	3,2
Reino Unido	3.833	22.051	68.884	91.414	130.073	185.756	117.486	10.449	116.405	2,6
Alemanha	8.857	5.625	25.899	38.635	51.381	99.263	73.673	137.326	104.149	1,7
França	4.493	14.141	19.204	28.702	42.735	47.465	71.489	88.429	85.316	1,2
Macao	20.200	58.650	50.937	43.982	58.039	39.455	42.157	30.864	34.728	1,2

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados de Fung et al (2002).

Quadro 1: IED por País/Território de origem, 1992-2000 US\$ 10.000 e (%)

Cabe ressaltar que os dados de Hong Kong encobrem parcela significativa de investimentos de empresas estrangeiras afiliadas no país, ou seja, nestes dados estão agregados investimentos de outros países que tem em Hong Kong uma base para penetração na China continental.

Investimentos de Taiwan, Singapura e Macau também têm sido muito importantes. Estados Unidos, Japão e Taiwan eram o segundo, terceiro e quarto maiores investidores na China no ano 2000, sendo que cada um investiu em torno de US\$30 bilhões, US\$28 bilhões e US\$25 bilhões, respec-

⁶ A incorporação tecnológica mencionada ainda deve ser cuidadosamente considerada uma vez que durante algum tempo, a produção tecnológica na China se restringiu à mera reprodução das tecnologias desenvolvidas nos países que investiam e instalavam empresas em seu território, reduzindo a confiança dos investidores em termos de garantias de *copyright*. Nos tempos mais recentes, com o surgimento de núcleos de P&D, especialmente nas universidades chinesas, é que está se iniciando o desenvolvimento de tecnologias propriamente chinesas.

⁷ Hong Kong foi reincorporado à China no ano de 1997.

tivamente. Os IEDs vindos destas três economias juntas contabilizaram em torno de 25% de todo investimento na China até 2002. Singapura e Macau, também localizados nas proximidades da China continental, posicionavam-se em quinto e décimo - primeiro lugar. A Coréia, uma das quatro Economias Asiáticas Recentemente Industrializadas era a sétima maior investidora na China até 2002. No entanto, se observarmos os dados de 2005 do Quadro 2, a Coréia já ocupa o segundo lugar, em termos de volume contratado.

IED por País ou Território 2005	US dólar Volume Contratado	Jan-Set 2005 Número de Projetos	US dólar Valor Utilizado
Total	130.325.000,00	32223,00	43.247.000,00
Hong Kong	43.099.620,00	10607	12.420.730,00
Republic of Korea	14.422.390,00	4779	3.614.790,00
USA	9.343.350,00	2773	2.149.230,00
Japan	8.545.410,00	2466	4.636.580,00
Taiwan	7.013.410,00	2850	1.576.890,00
Singapore	3.575.330,00	886	1.623.150,00
Germany	2.182.480,00	462	1.263.590,00
Canada	1.555.750,00	693	316.810,00
United Kingdom	1.433.890,00	388	705.760,00
Macao	1.207.000,00	497	486.650,00
Netherlands	1.191.410,00	175	736.640,00
Italy	1.012.750,00	363	213.670,00
France	854.890,00	241	408.670,00
Thailand	827.330,00	115	84.320,00
Sweden	272.270,00	62	69.150,00

Fonte: China Statistical Data, 2007.

Quadro 2: IED classificado por País/Território (dados de 2005)

Outras importantes economias fora da Ásia têm aumentado seus investimentos na China. Este é o caso do Oeste Europeu e da América do Norte, que tem se elevado especialmente desde os anos 90. Este aumento tem compensado certa redução nos investimentos percentual e total feitos por Hong Kong. Os Estados Unidos passaram do quarto maior investidor em 1992 para o segundo maior investidor estrangeiro na China no ano 2000. A parcela em conjunto de investimentos do Reino Unido, Alemanha, França, Holanda e Canadá cresceu de 2,3% em 1992 para mais de 10% em 2000. Os dados de 2005 ainda mostram os Estados Unidos liderando os maiores investidores fora do continente, estando em terceiro lugar neste ano no *ranking* total, atrás apenas de Hong Kong e República da Coréia.

As opções que se apresentam como tipo de propriedade de IEDs são classificadas em cinco tipos, de acordo com Fung et al (2002): (i) *Contractual Joint-Ventures*⁸ (CJV): que constitui uma parceria entre o investidor estrangeiro e uma empresa doméstica. Por exemplo, quando a empresa estrangeira provê recursos tecnológicos e o lado Chinês contribui com terra, trabalho, facilidades físicas, materiais, etc. Esse modo de contrato foi utilizado nos primeiros anos da abertura econômica, como uma opção para reduzir os riscos dos investidores estrangeiros. Entretanto, a importância desta modalidade de contrato tem se reduzido continuamente desde os anos 80. (ii) *Equity Joint-Ventures* (EJV): este tipo de propriedade envolve o investimento conjunto de parceiros estrangeiros e chineses em corporações de responsabilidade limitada, dividindo lucros e perdas. Este tipo de contrato esteve em alta até a Crise Asiática em 1997. Ao longo dos anos 90, o governo passou do incentivo ao IED em geral, para o incentivo de projetos de TI e àqueles mais voltados ao uso intensivo de capital. Assim, as *Wholly Foreign Owned Enterprises* começaram a crescer rapidamente, fazendo decrescer a importância dos contratos de EJV no total de entrada de IEDs. (iii) *Wholly Foreign Owned Enterprises* (WFO): são empresas com capital 100% estrangeiro, que não contam com a participação de agentes locais no seu capital. Este tipo de investimento cresceu largamente desde os anos 80, passando de 1% do total de IEDs em 1987, para 47% deste total no ano 2000. Este fato coincide com o esforço despendido pelo governo a fim de promover o setor de alta tecnologia e projetos que fazem uso de capital intensivo.

Além destes três tipos, há outros dois pouco comuns, um deles é o chamado (iv) *Joint Exploration*, que foi utilizado durante os períodos iniciais da reforma visando apenas relações de exploração e o outro, relativamente novo, chamado (v) *Foreign Sharing-Holding*⁹.

Em relação à opção pelo tipo de propriedade das empresas estrangeiras na China, de acordo com a classificação exposta anteriormente, Hendrischke and

⁸ A origem do termo *joint venture* tem sua origem na prática privada, nos contratos que lhe dão nascimento e, fundamentalmente, nas operações comerciais. Constituí-se numa figura jurídica originada da prática, cujo nome não possui equivalente na língua portuguesa, mas que pode ser entendida como contrato de colaboração comercial. Ela corresponde a uma forma ou método de cooperação comercial entre empresas independentes, denominado em outros países de sociedade entre sociedades, filial comum, associação de empresas, etc. A característica essencial do contrato de *joint venture* é a realização de um projeto comum, empreendimento cuja a duração pode ser curta ou longa, porém, com prazo determinado. É a celebração de um contrato entre duas ou mais empresas que se associam, criando ou não uma nova empresa para realizar uma atividade econômica produtiva ou de serviço, com fins lucrativos.

⁹ *Foreign Sharing-Holding*: Refere-se à participação de empresas de capital estrangeiro no Mercado de Capitais chinês, sendo assim outro indício da abertura econômica.

Krug (2007) colocam a questão de porque investidores estrangeiros preferem instalar subsidiárias ao invés de formar *joint ventures* com parceiros chineses. A resposta encontrada é que as preferências mudam em resposta ao processo de liberalização institucional. Nos anos 80, arranjos contratuais eram preferidos à instalação de subsidiárias, atualmente, as WFOs tem se tornado o tipo preferencial de IEDs, pela certeza de se obter maior proteção dos direitos de propriedade.

Ainda em termos da instalação do capital estrangeiro na China, o quesito localização também desempenha um papel importante. De acordo com Ruiz (2006), os IEDs concentraram-se, inicialmente, nas ZEEs.

De acordo com Hendrichske and Krug (2007), através do Quadro 3, percebe-se que as 10 regiões mais favorecidas com os IEDs encontram-se na região Leste do país¹⁰. Esta região hospeda 82,10% do total de empresas estrangeiras que foram estabelecidas até o final de 2004. Apenas 6,53% destas empresas encontram-se na região Oeste e os outros 11,38% situam-se na chamada região Central do país, de acordo com os dados de 2004.

Região Província	Proporção de Firmas Estrangeiras no Total	Qtd Zonas de Desenvol- vimento	Região Província	Proporção de Firmas Estrangeiras no Total	Qtd Zonas de Desenvol- vimento	Região Província	Proporção de Firmas Estrangeiras no Total	Qtd Zonas de Desenvol- vimento
Leste			Central			Oeste		
Guangdong	21.95%	31	Hubei	1.98%	10	Guangxi	1.62%	7
Jiangsu	12.64%	30	Jiangxi	1.54%	6	Sichuan	1.34%	15
Shandong	9.29%	29	Henan	1.50%	5	Shaanxi	0.81%	6
Shanghai	7.14%	22	Hunan	1.50%	5	Chongqing	0.72%	4
Fujian	7.04%	17	Jilin	1.43%	9	Yunnan	0.51%	6
Zhejiang	6.35%	22	Heilongjiang	1.41%	5	I. Mongolia	0.39%	4
Liaoning	5.84%	15	Anhui	1.21%	8	Guizhou	0.33%	9
Beijing	4.27%	5	Shanxi	0.81%	6	Gansu	0.32%	4
Tianjin	3.37%	6				Xinjiang	0.25%	5
Hebei	2.32%	10				Ningxia	0.14%	1
Hainan	1.89%	4				Qinghai	0.08%	1
						Xizang	0.02%	1
Total Região Leste	82.10%	191	Total Região Central	11.38%	54	Total Região Oeste	6.53%	63

Fonte: China Ministry of Commerce, 2005; China Association of Development Zones, 2005 apud Hendrichske and Krug (2007).

Quadro 3: Geografia da Distribuição de Firmas Estrangeiras por Províncias (2004)

¹⁰ A China é separada em três diferentes regiões. A região Leste inclui: Beijing, Tianjin, Hebei, Liaoning, Shanghai, Jiangsu, Zhejiang, Fujian, Shandong, Guangdong e Hainan. A região Central inclui: Shanxi, Jilin, Heilongjiang, Anhui, Jiangxi, Henan, Hubei e Hunan. A região Oeste inclui Guangxi, Inner Mongolia, Sichuan, Chongqing, Guizhou, Yunnan, Shaanxi, Gansu, Qinghai, Ningxia, Xinjiang e Xizang.

Esta intensa concentração na região Leste é atribuída ao clima generalizado de investimento, baseado num alto PIB *percapita*; na alta concentração de empresas modernas de pequeno e médio porte; no alto nível educacional; na avançada infra-estrutura de transporte; na proximidade com conexões de transporte marítimo e com portos internacionais como o de Shangai e Hong Kong, por exemplo.

No Quadro 4, a seguir, são apresentadas taxas anuais de crescimento das regiões chinesas, onde novamente podemos observar a concentração na região Leste do país, que na Tabela engloba as regiões Costeira e Metrôpoles.

Região	1953-1998	1953-1978	1979-1998
Metrôpoles	5,6	3,3	7,9
Nordeste	4,2	1,7	7,3
Costeira	5,5	1,8	10,3
Central	4,2	1,5	7,8
Noroeste	4,3	1,6	7,7
Sudoeste	4,2	1,0	7,4
Media Nacional	4,8	1,7	8,6

Fonte: Démurger et al 2002.

Quadro 4: Taxas de crescimento anual por regiões¹¹ na China.

Outro ponto que justifica a concentração de IEDs nesta região diz respeito às Zonas Econômicas Especiais criadas nesta região, que oferecem incentivos ao capital externo. Estudos nesta área apresentados por Hendrischke and Krug (2007) indicam que as empresas estrangeiras respondem positivamente as este tipo de vantagem institucional. Outro ponto é o fato de que a administração a nível local pode criar suas próprias áreas de desenvolvimento. O fator crucial neste contexto é que as empresas estrangeiras nestas Zonas Especiais desfrutam de privilégios relacionados principalmente à taxaço.

Um fato a ser destacado em relação à atração de IEDs na China diz respeito às características peculiares dos governos locais. De acordo com

¹¹ Esta Tabela apresenta uma divisão de regiões diferente da apresentada na página anterior: *Metrôpoles*: Beijing, Tianjin e Shangai. *Nordeste*: Liaoning, Jilin e Heilongjiang. *Costeira*: Hebei, Jiangsu, Zhejiang, Fujian, Shandong, Guangdong e Hainan. *Central*: Shanxi, Anhui, Jiangxi, Henan, Hubei e Hunan. *Noroeste*: Inner, Mongólia, Shaanxi, Gansu, Qinghai, Ningxia e Xinjiang (Tibet excluído por falta de dados). *Sudoeste*: Sichuan, Guizhou, Yunnan e Guangxi.

Hendrischke and Krug (2007), a economia chinesa é caracterizada por um governo central politicamente descentralizado¹², com Agências de Governo Locais que atuam como atores principais. Esta forma de autonomia local explica porque as empresas de capital estrangeiro dispõem de ampla variedade de experiências comerciais, dependendo do local onde elas operam, ou mais precisamente, do governo local ao qual elas estão expostas. Assim, os governos locais são os atores-chave que as empresas estrangeiras devem considerar quando pretendem conhecer o ambiente local. Logo, investir em boas relações com os governos locais constitui-se numa estratégia necessária para construir um *network* e para reduzir os custos de transação e facilitar a aquisição de informações sobre o mercado chinês.

A respeito da criação de alianças com os governos locais, há na China uma prática chamada *Guanxi*, palavra chinesa que significa *rede de relacionamento inter-pessoal*. O *Guanxi* é, na verdade, um tipo informal de relacionamento para os negócios. Dado que muitas vezes o ambiente formal é rodeado por instituições ineficientes, os *Guanxis* são decisivos para que os investidores estrangeiros adquiram conhecimento sobre as regras locais, fortaleçam os negócios comerciais e melhorem a eficiência nas trocas privadas. Assim, as empresas estrangeiras na China precisam adotar alianças formais e informais (*Guanxi*) de modo a obterem acesso às autoridades locais, adquirirem informações tácitas em termos de políticas, explicar o seu ponto de vista e reduzir intervenção oficial.

4. INSERÇÃO GLOBAL

Parece ser consenso a opinião de que o sucesso do processo de abertura chinesa foi possível, entre outros fatores, graças ao modo gradual com que as mudanças foram implantadas. Assim, segundo Sukup (2002), a rejeição ao modelo de *shock* (que se constituiu na rápida privatização) seria a explicação do sucesso da China em contraste com os resultados verificados

¹² Essa descentralização era, em muitos casos, justificada. Algumas províncias chinesas possuíam mais 50 milhões de habitantes e suas empresas adquiriam parte significativa dos insumos no mercado local, que era também seu principal mercado consumidor. Portanto, o controle dessas empresas poderia ser repassado para as províncias, cidades e mesmo vilas. Não havia razão para um planejamento central em todos os níveis de produção. Essa seria o modelo econômico da “transição chinesa” do socialismo ao comunismo e representava um distanciamento do modelo soviético de organização da produção baseado no planejamento central (PERKINS, 1988 apud RUIZ, 2006).

na Rússia e em outros países do leste europeu. De acordo com Guthrie (2006) o gradualismo e a forte presença do Estado como guia das reformas permitiram um alto nível de estabilidade na medida em que as mudanças ocorriam, e também tem permitido que instituições democráticas sejam criadas ao longo do processo.

De acordo com Guthrie (2006), o desenvolvimento econômico da China foi moldado por três fatores-chave: (i) as reformas do Governo Central, que lançaram diversas políticas que permitiram a China se engajar na economia global; estas políticas foram de orientação externa, uma vez que houve um foco no incentivo à exportação – com a estratégia de desenvolvimento costeiro que nos anos iniciais tornou a China a maior fornecedora de produtos manufaturados no mundo – e, em termos de orientação interna, o governo adotou a surpreendente posição de abertura e atração de IED's, liberalizando os mercados internos; (ii) segundo, o governo descentralizou a tomada de decisão, concedendo incentivos ao desenvolvimento local para autoridades locais e criou competição entre as diferentes localidades e (iii) em terceiro lugar, ao mesmo tempo em que o governo tem reformado as organizações industriais sem privatizações, ele tem permitido o surgimento de uma economia privada. Desta forma, o setor privado que tem se desenvolvido é um fator importante na criação de competição para as empresas governamentais e para a criação de novos mercados.

Ainda de acordo com Guthrie (2006), as transformações que ocorreram no processo de abertura da China para a economia global foram: a construção de novas instituições, tanto nacionais quanto internacionais; o desenvolvimento de novas estratégias industriais; criação de Zonas Econômicas Especiais, as quais permitiram as empresas ganharem vantagens em incentivos fiscais e outros incentivos para tipos específicos de investimentos na China; a adoção de estratégias agressivas de comércio e exportação; a adoção de estratégias de desenvolvimento local.

Tanto o governo quanto as empresas reconheceram a necessidade de capital estrangeiro, como ofertante de experiência organizacional avançada e tecnologia. Assim, aliada às intenções da reforma, a entrada de IED's e de corporações globais na China exerceram significativa pressão na evolução da organização dos negócios chineses para se adaptar às regras do mercado global.

Os dados da OMC no Quadro 5, referentes à participação chinesa no comércio mundial, deixam claro o quanto a entrada dos IED's – além é claro das reformas implementadas – influenciou o posicionamento da China na economia mundial.

Rank	Exportação	Valor	%	Rank	Importação	Valor	%
1	Germany	969,9	9,3	1	United States	1732,4	16,1
2	United States	904,4	8,7	2	Germany	773,8	7,2
3	China	762,	7,3	3	China	660,	6,1
4	Japan	594,9	5,7	4	Japan	514,9	4,8
5	France	460,2	4,4	5	United Kingdon	510,2	4,7
6	Netherlands	402,4	3,9	6	France	497,9	4,6
7	United Kingdon	382,8	3,7	7	Italy	379,8	3,5
8	Italy	367,2	3,5,	8	Netherlands	359,1	3,3
9	Canada	359,4	3,4	9	Canada	319,7	3,0
10	Belgium	334,3	3,2	10	Belgium	318,7	3,0
11	Hong Kong, China	292,1	2,8	11	Hong Kong, China	300,2	2,8
	domestic exports	20,1	0,2		retained exports	28,1	0,3
	Re-exports	272,1	2,6				
12	Korea, Rep. Of	284,4	2,7	12	Spain	278,8	2,6
13	Russian Federation	243,6	2,3	13	Korea, Rep. Of	261,2	2,4
14	Singapore	229,6	2,2	14	Mexico	231,7	2,1

Fonte: WTO International Trade Statistics, 2005

Quadro 5: Líderes em Exportação e Importação no Comércio Muniial (2005) – US\$ Bilhões e (%)

Como pode ser visto no ano 2005, a China já se posicionava como o terceiro país líder, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e Alemanha, e posicionando-se à frente de países como Japão, França e Reino Unido, que em 2001 ocupavam a terceira, quarta e quinta posição respectivamente, tendo a China como o sexto maior importador/exportador.

Ainda através dos dados do Quadro 5 pode-se dizer que a China participa em 7,3% das exportações mundiais e em 6,1% das importações mundiais, negociando o montante de US\$ 762,00 e US\$ 600,00 bilhões de dólares no ano de 2005, respectivamente.

O Quadro 6 a seguir demonstra o desempenho econômico da China no período de 1980 a 2003, considerando a taxa de crescimento do PIB, do PIB per capita e da população. Segundo Vieira (2006), a média dos anos 80 foi de 9,21% e 7,659% para as taxas de crescimento do PIB e do PIB

per capita respectivamente. Tais números expressam o excepcional desempenho da economia chinesa ao longo das últimas duas décadas. Quanto a taxa populacional, a mesma caiu de um patamar de 1,44% a.a nos anos 1980 para 1,01% quando se considera todo o período, sendo que nos anos mais recentes (pós 2000) tal taxa tem demonstrado uma tendência de queda significativa, ficando em torno de 0,7% a.a.

Years	GBP	GBP per capita	Population
Avarage 1980-1990	9,21	7,55	1,44
1991	9,2	7,72	1,36
1992	14,2	12,81	1,23
1993	13,5	12,2	1,15
1994	12,6	11,33	1,13
1995	10,5	9,31	1,09
1996	9,6	8,46	1,05
1997	9,8	7,6	1,02
1998	7,8	6,77	0,96
1999	7,1	6,18	0,95
2000	8,0	7,15	0,71
2001	7,5	6,72	0,73
2002	8,0	7,28	0,67
2003	9,1	8,42	0,70

Fonte: WDI 2004 apud Vieira (2006)

Quadro 6: Crescimento do PIB e populacional da China (% a.a. 1980-2003)

De acordo com o Banco Mundial (2007), as taxas recentes de crescimento do PIB Chinês são mostrados no Quadro 7, sendo similares aos dados anteriormente expostos, além de mostrar uma tendência de queda na taxa de crescimento, ficando em 8,7% a.a em 2008.

GBP (% growth a.a)

2002	2003	2004	2005	2006	2007/e	2008/e
9,1	10,0	10,1	10,4	10,7	9,6	8,7

Fonte: World Bank (2007)

Quadro 7: Crescimento Percentual do PIB a.a. 2002-2008 (previsão)

A integração da China na comunidade global tem sido observada através da entrada de IED's no país. Ao mesmo tempo a China também se tornou um importante exportador de IED. O rápido crescimento da saída de IED da China resultou não apenas do crescimento econômico da nação como um todo, mas também pelo aumento da integração da economia Chinesa à economia global, particularmente com seus países vizinhos.

O Quadro 8 mostra a evolução da participação da China no comércio mundial, bem como sua participação no montante exportado, como % do PIB e montante importado, no período de 1980- 2000.

USD 100 million/%						
	World Trade	Export Rank	Export	Export	Import	Import
YEAR	USD	in the World	% in GDP	% in World	% in GDP	% in World
1980	19906	26	6,0	0,9	6,6	1,0
1981	19724	19	7,6	1,1	7,6	1,1
1982	18308	17	7,8	1,2	6,8	1,1
1983	18078	17	7,4	1,2	7,1	1,2
1984	19019	18	8,1	1,4	8,7	1,4
1985	19277	17	9,0	1,4	14,0	2,2
1986	21157	16	10,6	1,5	14,7	2,0
1987	24969	16	12,3	1,6	13,5	1,7
1988	28382	16	11,8	1,7	13,8	1,9
1989	30361	14	11,6	1,7	13,0	1,9
1990	34700	15	16,1	1,8	13,9	1,5
1991	35300	13	17,7	2,0	15,7	1,8
1992	37000	11	17,6	2,3	16,7	2,2
1993	36870	11	15,3	2,5	17,3	2,8
1994	41683	11	22,3	2,9	21,3	2,8
1995	50200	11	21,3	3,0	18,9	2,6
1996	52540	11	18,5	2,9	17,0	2,6
1997	55364	10	20,4	3,3	15,9	2,6
1998	53750	9	19,4	3,4	14,8	2,6
1999	53595	9	19,7	3,6	16,7	3,1
2000	63640	7	23,1	3,9	20,8	3,5

Fonte: Fung et al (2002).

Quadro 8: Estatísticas de Comércio da China: Importações e Exportações (US\$ Bilhões)

Pode-se notar que a participação da China nas importações mundiais passou de 1,0% para 3,5% e nas exportações foram de 0,9% em 1980 para 3,9% em 2000, respectivamente. No *ranking* de exportações, o país saiu da 26a posição em 1980, para ocupar a 7a posição no ano 2000.

Além dos aspectos relacionados ao comércio, a adesão da China às organizações internacionais e acordos bilaterais tem sido o principal ponto da inserção chinesa na economia global.

Atualmente a China participa dos seguintes organismos e agências de cooperação: **a) APEC** (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico); **b) AIEA** (Agência Internacional de Energia Atômica); **c) UNESCO** (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); **d) OMS** (Organização Mundial da Saúde); **e) ISO** (Organização Internacional para Padronização); **f) OMC**¹³ (Organização Mundial de Comércio); **g) FMI (Fundo Monetário Internacional)** e **h) Banco Mundial**.

Além disto, a China vem aumentando significativamente suas relações extra-continentais, desenvolvendo projetos de infra-estrutura e participação na exploração de fontes de matérias primas importantes para sua matriz de industrialização. Isto efetivamente traz conseqüências importantes nas relações de poder no interior do sistema de estados, expondo o país a novos desafios no âmbito da competição entres os estados e na sua política externa.

5. EFEITOS DA INSERÇÃO EXTERNA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

A inserção na economia global será mensurada através da maior participação da China no comércio internacional, a partir do seu volume de importações e exportações e também a partir do maior comprometimento da China com os agentes internacionais verificados acima.

O uso das variáveis importação e exportação em relação aos dados de IED para a verificação de uma correlação é justificável uma vez que a política de abertura iniciada no final dos anos 70 deu grande ênfase à abertura comercial, permitindo ao capital estrangeiro se instalar no país com o oferecimento de diversos incentivos, afim destas empresas aumentarem o volume de comércio externo da China, colaborando desta forma para saldos positivos na sua balança comercial.

¹³ De acordo com Sukup (2002) a adesão da China a Organização Mundial do Comércio em 2001, representou, ou ao menos foi celebrada, como o triunfo da economia de mercado, após 20 anos de reformas liberais e negociações com os principais parceiros internacionais como a União Européia e os Estados Unidos, com os quais celebrou contratos de abertura econômica mútua. Ainda de acordo com Sukup (2002), a entrada na OMC constituiu-se num compromisso pragmático dos líderes chineses para reforçar e consolidar as correntes de exportação, o aporte de IED que dinamiza a sua economia e para deixar, de uma vez por todas, de ser um *outlaw* comercial.

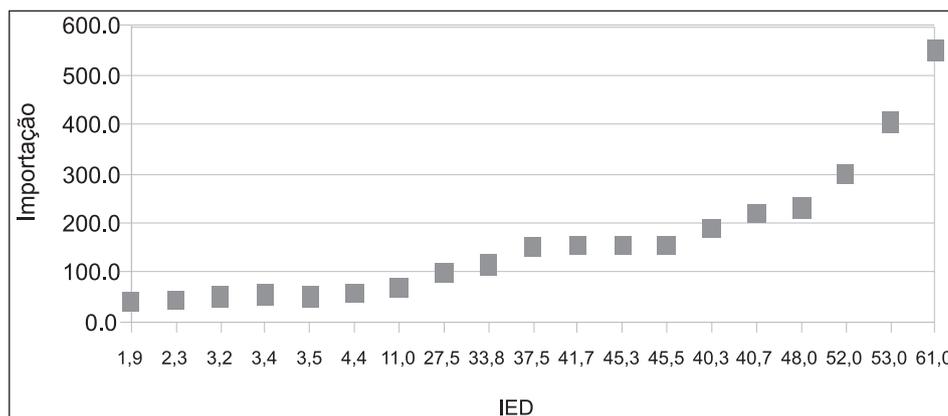
Desta forma, utilizou-se um coeficiente de correlação para o cálculo, assim como os valores de importação e exportação e de IED disponíveis, dentro do período compreendido entre 1986-2004, com todos os valores em bilhões de dólares.

O conceito de correlação é a relação ou dependência entre duas variáveis de uma distribuição bidimensional, e é dita forte quando a reta de regressão, obtida a partir do Diagrama de Dispersão, tem declive positivo. A correlação é positiva quando varia entre 0 e 1 e será tanto mais forte quanto mais seu valor se aproximar de 1. A equação usada para o cálculo foi:

$$r_{xy} = \frac{n \sum XY - \sum X \cdot \sum Y}{\sqrt{n \sum X^2 - (\sum X)^2} \cdot \sqrt{n \sum Y^2 - (\sum Y)^2}}$$

Onde, n é o número de anos dos quais se obteve os dados para análise, X é a variável IED e Y é variável importação ou exportação. Assim, os valores obtidos para a correlação Importação/IED foi de 0,83 e para a relação Exportação/IED foi de 0,85. Este último valor era esperado superior ao valor da correlação Importação/IED, uma vez que uma das medidas para aumentar a participação no comércio global usadas pelo governo chinês era o aumento das exportações.

Para melhor visualização destas correlações, vejamos o Gráfico 4 a seguir:



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 4: Correlação entre o volume de importação e o aumento de IED (Bilhões de Dólares).

Assim, observa-se em ambas as figuras uma correlação positiva, o que indica que há uma relação entre o aumento do IED na China e a sua maior participação na economia global, através do seu elevado volume de comércio com o resto do mundo. Os valores de 0,83 e 0,85 para a correlação Importação/IED e Exportação/IED respectivamente, mostram que há uma correlação forte entre tais variáveis, permitindo-nos concluir que de fato o processo de abertura iniciado pelo governo chinês no final da década de 70, com foco na atração de capital externo, atingiu um dos seus objetivos que era aumentar o volume de comércio da China com o resto do mundo. Ainda como consequência, tem ajudado o país no processo de transição para uma economia mais aberta, voltada para o mercado e conectada às redes internacionais de produção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a perspectiva chinesa por meio dos debates sobre a importância do IED no desenvolvimento e suas consequências podemos inferir que o quadro normativo da entrada do capital externo na China buscou impedir que se repetissem alguns problemas observados em economias receptoras de IED no passado.

Um dos elementos-chave da reforma chinesa foi o incentivo à entrada de IED a fim de estimular as novas empresas a se voltarem para o comércio internacional, entre outros objetivos anteriormente discutidos. Assim, desde os anos 1970, a China foi gradualmente abrindo a sua economia para os negócios estrangeiros e atraindo um grande montante de investimento externo. Como consequência, muitos países e investidores privados passaram a encontrar na China uma opção de investimento, dada a política de incentivo ao capital estrangeiro, áreas econômicas especiais (ZPE's) que garantiram alguma segurança ao investidor, um mercado de crescimento potencial elevado e voltado ao investimento, além de um nível reduzido de custos de mão-de-obra e de custos de transação – este último adquirido também em função da especificidade com que cada investidor pode ser tratado ao nível dos governos locais.

As leis foram remodeladas, dando maior abertura e autonomia ao capital estrangeiro, o país passou a adotar regras internacionais de comércio e tornou-se, no período de 29 anos, um dos principais atores na área dos

negócios internacionais. Assim, gradualmente, a China foi moldando sua política de relacionamento com o resto do mundo, permitindo depois de anos de isolamento, até mesmo que empresas de capital 100% estrangeiro (*Wholly Foreign Owned Enterprises*) pudessem investir no país.

O capital estrangeiro tem desempenhado um papel crucial neste processo, bem como as empresas estrangeiras que além de trazerem investimentos, tem transferido *know-how* técnico e práticas gerenciais que têm aproximado cada vez mais a China da economia global.

A partir dos dados de importação e exportação e de IED, observamos uma correlação positiva significativa entre o aumento do IED e o aumento do volume de comércio externo verificado na China, especialmente no período de 1986-2004 analisado. Para tal período se obteve uma correlação de 0,83 para a relação Importação/IED e um valor de correlação de 0,85 para a relação Exportação/IED, cujo último valor era esperado superior ao valor da correlação Importação/IED uma vez que o foco das políticas chinesas volta-se ao setor exportador.

O cálculo de uma correlação ilustra o fato de que um dos elementos-chave da reforma chinesa incluiu o incentivo à entrada de IED a fim de estimular as novas empresas a se instalar no país, desenvolver o setor exportador, conectar o país às redes globais de produção e comércio e tirar do isolamento uma economia que viveu durante anos sob o regime de acumulação desconectado do resto mundo. No momento, o que a China tem mostrado ao mundo é uma disposição em participar de regras do jogo político internacional, desde que estas não interfiram na sua estratégia de desenvolvimento e na sua vontade – com um nacionalismo disseminado - de tornar-se a maior economia do mundo, o que até então tem consistido numa estratégia bem sucedida.

A estratégia de crescimento interdependente, com aporte significativo de capital externo, foi desenvolvida dentro de um quadro em que a China procurou fortalecer sua posição líquida externa, por meio da industrialização geradora de receitas cambiais, o que diferencia a internacionalização chinesa de outras experiências de desenvolvimento acelerado com endividamento externo. Isto não elimina o fato de que, como se percebe na crise econômica atual, a desaceleração do crescimento mundial tenha impactos importantes no crescimento econômico chinês.

Embora a experiência chinesa seja uma das mais eloqüentes histórias de desenvolvimento acelerado, há muitos aspectos, sejam sociais, políticos e econômicos que estão indefinidos. Em outras palavras, trata-se, ainda, de uma economia em transição. Cabe ressaltar, que sua trajetória chama atenção, pois dada a magnitude de sua população e a dinâmica do crescimento econômico, dentro de um ambiente de internacionalização, muitos outros países serão afetados pelos acontecimentos chineses. Se de um lado a internacionalização impulsiona o capitalismo chinês e cria mercados para empresas do mundo todo, de outro estabelece laços econômicos perigosos, reforçando aspectos da interdependência. Isto não implica inferir que este seja um processo bom ou ruim, mas cujos efeitos devem ser ponderados pelos impactos sociais, ambientais e econômicos não só para os chineses, como para todos os habitantes do planeta.

**FOREIGN CAPITAL AND ECONOMIC TRANSITION:
AN ANALYSIS OF INVESTMENT IN MAINLAND CHINA**

Abstract

The objective of this paper is to analyze the adhesion process of the Chinese economy to the global economy and its impacts to the Chinese development trajectory. The analysis focuses on the role of foreign direct investment and its correlation to the degree and rate of the Chinese industrialization process, as well as on its impact to GDP performance. It also evaluates to the extent that the productive and commercial globalization process in China owns peculiar characteristics with respect to other experiences of internationalization with foreign debt occurred in other developing economies.

Keywords: China, Foreign Direct Investment, Development

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JR., Jose. **Revolução em 3 tempos : URSS, Alemanha, China.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BETTELHEIM, Charles. **Revolução cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CEPAL. **América Latina deve ampliar o comércio com a China**. Disponível em <<http://br.noticias.yahoo.com/s/10012008/25/economia-cepal-america-latina-deve-ampliar-comercio-china.html>>. Acessado em 15 jan. 2008.

BELLUCCI, Beluce. **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: Centro de estudos Afro-Asiáticos, 2004.

FUNG, K.C; IIZAKA, H.; TONG, S. **Foreign Direct Investment in China: Policy, Trend and Impact**. In: China's Economy in the 21st Century Conference. Hong Kong: 2002.

Depto Econômico da Embaixada da Rep. Pop. da China na Rep. Federativa do Brasil. <<http://br2.mofcom.gov.cn/aarticle/bilateralvisits/200511/20051100722079.html>> .Acessado em 15 jan. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. Ed São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEMURGER, S.; Sachs, J.D.; Woo, W.T.; Bao, S.; Chang, G. & Melinger, A. **“Geography, Economic Policy, and Regional Development in China”**. *National Bureau of Economic Research - Working Paper 8897*. EUA, Washington. 2002.

GUTHRIE, Doug. **China and the Globalization: The Social, Economic, and Political Transformation of Chinese Society**. T&F. US, 2006.

HENDRISCHKE, Hans; KRUG, Barbara. **The Chinese Economy in the 21st Century**. ‘Enterprise and Business Behavior’. Ed. EE. UK, 2007.

HOSCHA, Enver. **Reflexiones sobre China, 1973-1977**. Tirana: Nentori, 1979.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 4 Ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

MENDES, Rosguel. **Uma investigação sobre investimento externo direto e transferências de tecnologia: implicações para o Brasil nos anos noventa**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.2001.

OCDE. **Main Determinants and Impacts of FDI on China's Economy**. Dec. 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A construção do socialismo na China**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUIZ, Ricardo Machado. **Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949-2000)**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STORY, Jonathan. **China a corrida para o mercado: o que a transformação da China significa para os negócios, os mercados e a nova ordem mundial**. São Paulo: Futura, 2004.

SUKUP, Vitor. **A China frente a globalização: desafios e oportunidades**. Rev. Bras. De Política Internacional , jul-dez.vol.45.n.002.IBRI. Brasília. 2002. p.82-113.

UNCTAD. **World Investment Report 2005**. Disponível em <www.unctad.org>. Acesso em 1 nov.2006.

VIEIRA, Flavio V. **China: Crescimento Econômico de Longo Prazo**. Rev. de Economia Política, vol. 26, n. 3. Jul-Set. 2006.

WBG (WORLD BANK GROUP). **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**: do plano ao mercado. Washington, EUA: 1996.

WTO (World Trade Organization). Disponível em www.wto.org. Acessado em 20 mar. 2008.

ZEMIN, Jiang. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ZUMWALT, James P. **Como a condição de membro da OMC afeta a China**. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/journals/ites/0102/ijep/ie010205.htm>>. Acessado em 21.jun.2007.

_____. The EU's China Policy. Disponível em <http://ec.europa.eu/external_relations/china/intro/index.htm> Acessado em 26 jun.2007.

_____. China. U.S Department of State. Disponível em <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/18902.htm>>. Acessado em 29 jun. 2007.

_____. Statistical Communique of the people's Republic of China on the 2005 National Economic and Social Development. National Bureau of Statistics of China 2006. Disponível em <http://www.stats.gov.cn/was40/gjtjj_en_detail.jsp?searchword=FDI&channelid=9528&record=1> Acessado em 11 jul. 2007.

_____. China Estatistical Data. Foreign Investments. Disponível em <www.china.org.cn>. Acessado em 13 jul.2007.